

## CONCEPÇÕES ACERCA DOS SENTIDOS DE IDEOLOGIA PARA PENSAR UMA NOVA CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

LARISSA RUSSO GONÇALVES<sup>1</sup>; DANIEL DE MENDONÇA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – larissarusso@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – ddmendonca@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa expor, a partir dos pronunciamentos dos deputados federais, uma concepção de ideologia que vai de encontro com a noção de governabilidade, pelo que se tem constatado através de pronunciamentos coletados no cenário da Câmara dos Deputados. Este esboço compõe um projeto de pesquisa mais amplo que tem como objetivo apresentar uma nova metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros.

Parte-se da concordância do pressuposto presente na literatura especializada sobre a relação entre ideologia e partidos políticos brasileiros, o qual preconiza o fato de que a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República em 2003, ocorreu uma flexibilização ideológica por parte do Governo no que tange suas alianças políticas, que passaram a ser compostas por partidos de esquerda, centro e direita. (CARREIRÃO, 2008) Sabe-se que este fato representa uma mudança no cenário político brasileiro, visto que, até este momento, as alianças políticas que governaram o país antes dos Anos Lula eram compostas basicamente por partidos de centro-direita. Deste modo, a crítica que se coloca é que parte da bibliografia nacional de Ciência Política não acompanha o atual rearranjo ideológico-partidário do país. A tipologia da relação ideologia/partido tomada como base é a de LIMONGI E FIGUEIREDO (1995), a qual está formulada nos seguintes termos: a direita é constituída pelos PDS/PPR/PPB/PP, PFL/DEM e PTB; o centro, formado pelos PMDB e PSDB e; a esquerda, representada pelos PDT e PT. Embora tenha sofrido algumas alterações, esta costuma ser a tipologia hegemônica na literatura sobre o assunto e, diante do exposto acima, entende-se que é uma classificação defasada.

Evidencia-se, portanto, ser indispensável conhecer o que efetivamente os deputados significam como “ideologia”, entendendo-se ainda que não se deve atribuir um sentido apriorístico ao termo, tomando-o, desta forma, como um conceito possuidor de um sentido universal e unívoco. Pelo contrário, pretende-se aqui extrair as concepções de ideologia emanadas dos pronunciamentos dos deputados e confrontar com a noção teórica sobre ideologia, sobretudo, aquela enraizada nos preceitos do pós-fundacionalismo, com os quais o presente trabalho coaduna. Dito isso, a questão norteadora deste estudo se traduz na seguinte indagação: “Quais são os sentidos atribuídos ao que seja ideologia segundo pronunciamentos dos deputados na Câmara Federal?”.

Como fundamentação teórica, apreende-se a importância de aduzir o conceito de ideologia. Existe uma noção corrente e imprecisa de ideologia que cinge discurso e prática e, portanto, pressupõe atores que agem “com” ou “sem” ideologia. Em oposição, o viés pós-fundacionalista, adotado por LACLAU & MOUFFE (1985), preconiza a materialidade do discurso, ou seja, a impossibilidade de distingui-lo da prática, estando, portanto, toda atividade social inserida em uma prática discursiva. Para esta corrente teórica, o discurso,

entendido *lato sensu* como uma prática significativa, almeja constantemente auferir uma fixação última de sentidos o que, no limite, é impossível, posto que o social é constitutivamente destituído de fundamento último. Neste aspecto, a ideologia mostra-se como instrumento constitutivo do discurso à medida que serve como estruturante da realidade social por fazer com que os discursos continuem “suturando” seus sentidos. (LACLAU, 1993).

## 2. METODOLOGIA

O projeto de pesquisa do qual este trabalho é originado se divide em duas grandes fases que norteiam os passos metodológicos adotados até o momento. A primeira fase consiste na coleta dos pronunciamentos dos deputados federais referentes aos seis primeiros meses de 2003 no site do Diário Oficial da Câmara dos Deputados. Após a coleta dos pronunciamentos dos parlamentares, os mesmos foram analisados e, após, procedeu-se um novo recorte no sentido de tornar o material de análise mais conciso. Este primeiro momento é devotado ao objetivo de compreender os sentidos de direita, centro e esquerda intrínsecos aos pronunciamentos. Para tanto, foram construídos quadros de sistematização contendo os sentidos de esquerda e direita para as grandes áreas de Economia, Estado e Social, o que permite a elaboração de nós que facilitam o processo posterior de análise dos projetos de lei. A segunda fase da pesquisa, que se encontra ainda em fase inicial de execução, consiste na análise do conteúdo dos projetos de lei apresentados pelo Poder Executivo e pelos parlamentares, o qual corresponde igualmente aos seis primeiros meses de 2003. Após a conclusão de ambas as fases, visa-se aplicar as significações produzidas pelos deputados com vistas a elaborar uma classificação ideológica e, enfim, verificar a hipótese central do projeto de que não existem hoje no Brasil, partidos de direita, centro ou esquerda, mas políticas de direita, centro ou esquerda assumidas por parlamentares em certos momentos contingentes quando seus projetos de lei são protocolados na Casa Legislativa.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As concepções sobre os sentidos de ideologia aparecem nos pronunciamentos, em grande parte, como um horizonte de ideias de onde são pautadas ações, ou seja, o campo das ideias aqui está contido em um espectro dissociado do pragmatismo, das cotidianidades. Este âmbito abarca a noção de ideologia extraída dos pronunciamentos, onde há a crença de que é preciso relegar ideologias em prol da governabilidade, reforçando sempre que o agir político está comprometido se for alicerçado em ideologias. Abrir mão da ideologia, neste sentido, é não fazer política propriamente, mas abrir mão da mesma em prol do absolutamente necessário, do cumprimento estrito das regras e dos deveres atinentes à responsabilidade com a *real politik*. Neste sentido, a política como ideologia ou a ideologia como política estão num plano ou do fundamento ou do horizonte do político e, como tais, devem, não raras vezes, ser prescindidas em nome do possível, da experiência política concreta.

Desta maneira, assuntos como combate à fome, combate à violência, fomento à ciência e tecnologia, administração do governo, reformas, diminuição da carga tributária, etc; são colocados em um patamar onde ideologias não devem interferir. Afere-se então, a asserção, por parte dos parlamentares, do abandono das ideologias para que se possa obter resultados efetivos no plano político. A caráter de exemplificação, segue um excerto sobre combate à violência proferido

por uma deputada do Rio de Janeiro: “Deputados, urge que esta Casa não postergue mais a análise e a aprovação das matérias que tramitam visando combater a violência no nosso País, pois a situação é tão alarmante quanto uma guerra e merece o empenho de nós todos, independentemente de ideologia ou partido”.

Em contrapartida, o sentido de ideologia incorporado pelo viés teórico pós-fundacionalista, como visto anteriormente, não admite que haja separação entre ideias e práticas, refutando, por conseguinte, o entendimento de que o discurso está em uma condição distinta do mundo fático. Por este motivo, fala-se em materialidade do discurso, pois ele não é uma abstração desprendida do agir; ele é, além de tudo, o próprio agir. E a ideologia, de acordo com esta visão, estando inerente ao discurso, é responsável por fornecer a ilusão de instauração plena de sentidos, pensando em uma perspectiva em que os discursos estão constantemente pretendendo explicar a verdade final das coisas quando, no limite, as verdades não passam de processos parciais de estabilização de sentidos. Assim, é parte do processo ideológico a crença de que “fazer o necessário para além das ideologias” é uma verdade absoluta. No entanto, sabe-se, tendo em vista os pressupostos teóricos pós-fundacionalistas, que antes de o “necessário” ser uma opção política extra-ideológica, ele é a própria ideologia operando como a negação da finitude deste “necessário” contingente.

O contraponto aqui apresentado, entre dois modos distintos de avaliar o fenômeno ideológico, parece justificável pela tentativa de contrastar um sentido de ideologia, advindo dos pronunciamentos, que se projeta “não-ideológico”, ou seja, acima de posicionamentos em oposição a uma noção acerca do espectro ideológico a qual indica que o próprio movimento de não ideologizar é, em si, um posicionamento, pois não existe discurso em que a ideologia não esteja presente, até mesmo no discurso que a nega.

#### 4. CONCLUSÕES

A discussão apresentada aqui pretendeu esclarecer elementos condizentes às significações atribuídas à concepção de ideologia, que é um conceito de suma importância para os rumos deste trabalho. E, em âmbito mais geral, abordar questões pertinentes ao projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARREIRÃO, Y. S. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Opinião Pública**, vol. 14, nº2, 2008, p. 319-351.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London: Verso, 1985.
- LACLAU, E. La imposibilidad de la sociedad. In: LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993. Cap. 2, p. 103-106.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Partidos políticos na câmara dos deputados: 1989-1994. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 38, nº 3, 1995, p. 497-525.